



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.dfg@dabr.com.br

Preservar é preciso

Nos tempos em que era professor, promovi a exibição, em sala de aula, para os alunos, de trechos do clássico *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, de Glauber Rocha. Como sempre ocorreu com Glauber, metade ficou fascinada, metade detestou. Para mim, isso não era o mais relevante. Penso que o contato com uma grande obra de arte sempre provoca alguma ressonância, imediata ou lenta. Tentava explicar que a nossa preferência estética não é uma bala de mentex: gosto ou não gosto e acabou a

questão. A arte é uma linguagem, é um código a ser interpretado.

O importante era formular alguma argumentação para o apreço ou o despreço. Isso provoca o embate e a reflexão. Lembrei que, em enquête promovida, com críticos, *Deus e o Diabo na Terra do Sol* foi indicado na condição de um dos 10 melhores filmes da história do cinema. Só pude exibir o filme graças ao esforço da família de Glauber para restaurar e converter o filme para o formato DVD, praticamente superado pelas novas tecnologias audiovisuais.

Se você quiser imaginar o que é um país sem memória, basta pensar em nossos momentos de lapsos, em que esquecemos o nome de um filme, de um lugar ou de uma pessoa. E a memória cultural está bastante ameaçada por uma ação deliberada de desinvestimento nas

instituições de preservação da cultura. Um país sem memória é um país de cabeças cortadas, diria Glauber, sem referências, sem saber quem é, submetido a manipulações e dócil aos despotismos.

Recebi de presente um livro que tem como título uma espécie de manifesto nestes tempos de obscurantismo e de desmemória: *Preservar é preciso*, de Carlos Augusto Dauzacker Brandão, com a colaboração de Myrna Silveira Brandão. O livro documenta a atividade quase invisível, mas essencial, da restauração de obras seminais do cinema brasileiro: *A hora da estrela*, de Suzana Amaral, *O homem que virou suco*, de João Batista de Andrade, *O país de São Saruê*, de Vladimir Carvalho, entre outras.

É dramático ser autor de um filme, mas, em razão de condições inadequadas de conservação, vê-lo se deteriorar e ter a

sensação de perder a obra para sempre: “Ter meu filme *O homem que virou suco* restaurado foi como ter o filme de novo, depois de considerá-lo perdido, tal o desgaste dos negativos originais”, diz João Batista de Andrade, diretor de *O homem que virou suco*. E o nosso Vladimir Carvalho comenta no livro: “Gosto de imaginar que foi São Saruê, o santo sertanejo, que enviou arcanjas à terra com a missão de salvarem o meu filme da deterioração”.

Puxemos a brasa para a nossa sardinha brasileira. *São Saruê* é um clássico do documentário brasileiro, com o estilo contundente, seco e descarnado. É como se Graciliano Ramos se armasse de uma câmera e filmasse, a palo seco, as agruras dos sertanejos habitantes da região agreste situada nos vales do Rio do Peixe e do Rio Piranhas. Os dramas social e humano da estrutura agrária do Nordeste são

escancarados em um misto de poema dramático e denúncia documental, como dizem os autores do livro.

Depois da recuperação do filme, Carlos Augusto Dauzacker Brandão apresentou com um DVD de *O país de São Saruê*, ao cineasta grego Costa Gravas, que registrou o impacto da recepção ao documentário de Vladimir: “Um filme forte, tocante, revolucionário. Enfim, maravilhoso!”.

O livro de Carlos Augusto e Mirna não apenas documenta a batalha dos profissionais da restauração, mas também mostra a relevância de preservar a memória cultural. Contribui para ampliar a consciência sobre o nosso patrimônio cinematográfico e sobre estado de barbárie cultural em que vivemos. É inaceitável que os nossos filmes corram o risco de desaparecer por falta de cuidado, de investimento ou de consciência.

MORADIA / Moradores de Vicente Pires estão empolgados por acreditarem que será mais fácil negociar as áreas que faltam ser legalizadas após a transferência da União para o GDF. Segundo eles, o diálogo com o governo local é mais rápido e eficiente

Bem perto da regularização

» ANA LUISA ARAUJO

Vicente Pires existe há mais de 30 anos, no entanto, a história da cidade sempre foi envolta em dificuldades. No novo capítulo dessa narrativa, os moradores da Região Administrativa 30 parecem ter uma esperança mais concreta a respeito da regularização dos terrenos. Na próxima sexta-feira, está previsto o ato de assinatura da transferência de propriedade das terras da União para a Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal (Terracap), acordo que possibilitará a regularização de 22 mil lotes em todo o Distrito Federal, sendo mais de 15 mil na R.A. O evento ocorrerá no Palácio do Planalto.

Alda Maria Alves, 66 anos, é proprietária de um colégio na região. A Escola Montesquieu está na ativa há praticamente 24 anos — começou a funcionar em 1999. Ainda hoje, no entanto, há incertezas sobre a propriedade do terreno. Quando questionada pela reportagem do **Correio** sobre o medo de perder o lote, ela admite que o sentimento é de insegurança.

“Desde 1990, sou proprietária, aqui era uma área só de chácaras, hoje, é uma cidade. Quando iniciei a construção, a Agefis quis derrubar”, relata. À época, a proprietária comprou o lote por 10 milhões de cruzados, o que corresponderia a R\$ 10 mil.

Era um evento que todos esperavam, segundo Alda. “A expectativa, agora, é a melhor possível. Agora, só há a preocupação se vamos poder vender a área toda”, pondera. A diretora administrativa da escola conta que, quando se mudou, o local era totalmente ruralizado, por isso, não era valorizado.

Maria relata que há uma especulação de que só podem ser vendidos 2.500 m², o restante irá para a licitação, caso esse cenário se concretize. “Em contrapartida, regularizando, as pessoas vão ficar mais seguras com o destino que podem dar a esses terrenos”, diz.

O pedaço de terra é de extrema importância para a diretora, uma vez que no mesmo terreno da escola fica sua moradia, que divide com os dois filhos, Yury e Gladstone Maciel, 24 e 30 anos, respectivamente. Além disso, a família trabalha junta na escola. Yury, formando de administração, faz estágio na escola, e seu irmão trabalha na parte de TI.

“De 30 anos para cá, a vida se resume a isso. Meu trabalho e minha casa são aqui, não me vejo fora desse lugar”, afirma. “Meu desejo é permanecer com a área toda, nas melhores condições possíveis”, completa.

Compra da terra

A regularização é ambiental, urbanística e fundiária. Essa é a explicação de Dirsomar Ferreira, 61, presidente da Associação

Ed Alves/CB



Alda Maria Alves, 66 anos, e seu filho, Yuri, 24 anos, na cidade desde a década de 90, moram e trabalham na escola, sonhando com a segurança da propriedade

Ed Alves/CB



História da região administrativa terá nova fase com a regularização de 22 mil lotes

Comunitária de Vicente Pires (Arvips). “Está tudo certo com as primeiras duas partes. Mas a União não consegue vender a terra e passar para o comprador, porque a demanda é muito alta”, informa.

“Essa passagem do controle para a Terracap nos alegra”, conta. Segundo ele, com o órgão brasileiro será mais fácil negociar, pois o diálogo é mais rápido e eficiente. Os representantes terão também a

oportunidade de negociar e conversar diretamente com o presidente da República e o governador do Distrito Federal para definir preços.

Agora, conta Dirsomar, é possível vislumbrar uma solução final com a Terracap, que é terminar os últimos processos técnicos e passar para os proprietários as definições. “A casa é da pessoa, a terra é da União”, esclarece.

Ele considera, no entanto, que não será possível para esses

proprietários comprarem a terra em 2022. Segundo o presidente da Arvips, não é concebível fazer indicativo de venda esse ano. “Mas nós nos esforçamos para isso”, avisa.

Herança

Com alguns parcelamentos de chácaras, Maria Farias, 64 anos, aproveitou para adquirir seu espaço em 1998. Logo foi acionada a associação

Entenda

Duas décadas de espera

Moradores de Vicente Pires, que não têm as terras legalizadas, esperam desde 2003 que esse processo ocorra. “Iniciamos, junto ao Governo Federal, a discussão da regularização. Faz 20 anos que estamos nessa luta e esforço, que é comunitário, local e federal. Essa dedicação é para conseguir fechar esse assunto”, afirma Dirsomar Ferreira, presidente da Associação Comunitária de Vicente Pires. De acordo com ele, houve participação de todos e, finalmente, o resultado irá começar a sair na sexta-feira.

A União determinou à comunidade, naquela época, a obrigação de apresentar

estudos urbanísticos e ambientais, além de fazer o cadastro dos moradores. “Fizemos isso junto ao Exército. Na época, em 2006, foram feitos quase nove mil cadastros”, recorda. Vicente Pires se tornou uma Região Administrativa somente em 2009.

O passado de derrubadas, buracos, lama e poeira parece ficar cada vez mais distante. “Daqui para frente, vai ficar muito melhor, tenho certeza”, afirma ela em relação à transferência das terras para a Terracap. “Isso é um marco para a gente, uma conquista. Vou ser proprietária, verdadeiramente, do meu terreno”, conta.

administração regional, delegacia, entre outros”, lembra.

Sua maior preocupação era “o dia de amanhã”. “Hoje estamos morando bem, mas o dia de amanhã somente a Deus pertence. Temos família, isso aqui ficará como herança. Não sei como seria se não tivéssemos conseguido essa transferência”, afirma. Maria sempre pensou em passar a escritura de sua casa para as filhas, e a certeza de que isso de fato ocorrerá se aproxima.